



INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

SUMÁRIO

ARTIGO

<i>BRASIL ÍNDIO</i>	3
<i>"BRÉSIL INDIEN", AS ARTES DOS AMERÍNDIOS D(N)O BRASIL</i>	4

ENTREVISTA

<i>AS ARTES DOS ÍNDIOS BRASILEIROS EM PARIS</i>	5
---	---

ESPAÇO MEMÓRIA

<i>ENTREVISTA COM CARLOS ALBERTO ZERON</i>	9
<i>ENTREVISTA COM HÉLIO DE SEIXAS GUIMARÃES</i>	11
<i>ENTREVISTA COM JOÃO ROBERTO FARIA</i>	13
<i>ENTREVISTA COM MODESTO FLORENZANO</i>	15

DOCTORADOS

<i>TESES DEFENDIDAS DURANTE O MÊS DE MAIO DE 2005</i>	17
---	----

MESTRADOS

<i>DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS DURANTE O MÊS DE MAIO DE 2005</i>	19
--	----

LANÇAMENTOS

<i>LAZARILHO DE TORMES</i>	19
<i>O ROCAMBOLE</i>	19

PRODUÇÃO DA FACULDADE

<i>DOCENTES</i>	21
-----------------------	----

EDITORIAL

Abre-se este Informe com matérias dedicadas à Exposição "Brésil Indien: les arts des amérindiens du Brésil", que inaugurou o ano do Brasil na França e que conta com peças de acervos de museus brasileiros e europeus. O prefácio do catálogo assinado por Lévi-Strauss, homenageado na exposição com um espaço consagrado à sua obra, retoma dados e assinala seu interesse em atualizar suas informações sobre as sociedades indígenas brasileiras. O artigo da Profa. Dra. Regina Polo Müller, curadora da exposição, ressalta o papel que a arte desempenha nessas sociedades. Luís Donisete Bonzi Grupioni, doutorando da Área de Antropologia e, também, curador da exposição, revela em entrevista como se deu o processo de organização da exposição, do catálogo e do acervo.

Entrevistas com os professores Hélio de Seixas Guimarães, João Roberto Faria, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas; e com os professores Carlos Alberto Zeron e Modesto Florenzano, do Departamento de História compõem o Espaço Memória deste mês.

Registram-se ainda dois importantes lançamentos: *O Rocambole*, do Prof. Dr. Davi Arrigucci Jr., novela centrada no conflito de duas famílias de imigrantes que se passa em São João da Boa Vista e *Lazarillo de Tormes*, edição organizada pelo Prof. Dr. Mário Gonzáles, narrativa anônima do século XVI, proibida pela censura inquisitorial de 1573.

Como de costume, publicam-se neste Informe a produção acadêmica da Faculdade e a relação de dissertações de mestrado e teses de doutoramento defendidas no mês de maio.

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

REITOR:

Prof. Dr. Adolpho José Melfi

VICE-REITOR:

Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

DIRETOR:

Prof. Dr. Sedi Hirano

Vice-Diretora

Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

COMITÊ EDITORIAL DO INFORME: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini (DTLLC), Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara (DH), Prof. Dr. Gabriel Cohn (DCP), Prof. Dr. Pablo Ruben Mariconda (DF), Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino (DH), Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão (DL), Sra. Eliana Bento da S. A. Barros (AÇÃO) - Membro Assessor. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO: Eliana Bento da Silva Amaluzzi Barros – MTb 35814. SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA: Dorli Hiroko Yamaoka – MTb 35815, PROJETO GRÁFICO: Dorli Hiroko Yamaoka, Erbert A. Silva – MTb 35870. COLABORADORES: Daniel Cantinelli Sevillano, Verônica Reis Cristo. REVISÃO: Bruna Baldini de Miranda. SERVIÇO DE ARTES GRÁFICAS: João Fernando Querido Salvado. IMPRESSÃO: Gráfica – FFLCH/USP. TIRAGEM: 1500 exemplares.

ARTIGO

BRASIL ÍNDIO*

DR. CLAUDE LÉVI-STRAUSS (ACADEMIA FRANCESA)



LÉVI-STRAUSS E OS CURADORES

A mais antiga apreciação estética das artes ilustradas por esta exposição data de mais de quatro séculos. Nós a devemos a Jean de Léry, jovem nascido na Borgonha que, em 1557, viveu alguns meses junto aos índios no local em que seria erguida a cidade do Rio de Janeiro. Léry se maravilhava ao ver como as ceramistas *diluem certas tintas pardacentas idôneas para isso, e fazem com pincéis infini- dade de pequenos enfeites, como ramagens, labores eróticos, e outras galanterias...*** Quanto aos homens, ao se prepararem para a guerra, *enfeitam-se com vestes, carapuças, braceletes e outros ornatos de penas verdes, encarnadas, azuis e de outras cores naturais, singelas e de incomparável beleza*** E, continua Léry, *Com igual artifício fazem as guarnições das suas espadas e clavas de madeira, as quais, assim decoradas e enriquecidas com plumas bem ajustadas e bem aplicadas a esse uso, produzem deslumbrante aspecto***.

O testemunho de Jean de Léry nos lembra inicialmente quão remota é a presença dos franceses no Novo Mundo: esta exposição se inaugura exatamente quinhentos anos após seu primeiro desembarque na terra a qual eles foram também os primeiros a denominar Brasil. A admiração de Léry pelas artes, as quais chamaremos de menores, convida posteriormente a julgá-las com mais equidade comparadas a outras aparentemente de maior nível. Assim são as jarras funerárias de Marajó, contem-

porâneas de nossa Idade Média, de uma majestade hierática, e as cerâmicas exuberantes de Santarém também no baixo Amazonas; obras de circunscções poderosas agrupando talvez dezenas de milhares de habitantes, cuja cultura de subsistência se estendia por espaços consideráveis. Por outro lado, conseqüentemente, índios privados de recursos, vivendo de caça, de pesca, de colheita e de uma pequena agricultura de queimadas que os etnólogos estudaram. Contrariamente ao que eles acreditavam, nós sabemos hoje que estes índios não são os derradeiros representantes de uma humanidade primitiva. Vítimas do cataclismo provocado pela chegada dos Europeus, reduzidos a alguns milhares, centenas, às vezes dezenas de sobreviventes, eles souberam, entretanto, recriar sociedades viáveis. Testemunhos antigos e descobertas da arqueologia atestam, porém, que onde vemos apenas pobres vilarejos existiram antigamente comunidades ricas e numerosas. Um vilarejo bororo, ainda intacto, compreendia em 1935 somente umas vinte ocas que formavam um círculo enquanto, no passado, diversos círculos concêntricos de grandes palhoças abrigavam de mil a duas mil pessoas.

É dessas sociedades, além dos Bororo, dos Kadiweu, Nhambiquara, Mundé e Tupi-Kawahib, que provêm as coleções, realizadas de 1935 a 1938, que os organizadores desta exposição tiveram a generosa lem-



* Prefácio do catálogo "Brésil Indien: Les arts des amérindiens du Brésil", organizado por Luís Donisete Benzi Grupioni, Réunion des Musées Nationaux, Paris, 2005. Traduzido por Maria Cláudia Rodrigues Alves, doutoranda em Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH/USP.

** Tradução atualizada a partir de: *História de uma viagem feita à terra do Brasil* por João de Leri, traduzido em linguagem vernácula por Tristão de Alencar Araripe e oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

brança de reunir e de mostrar como eu não via há uns setenta anos, quando, retornando destas regiões, eu as desembalei na sede do *Departamento de Cultura* da cidade de São Paulo para poder proceder à partilha entre o Brasil e a França.

Sinto-me ainda mais grato ao Sr. Luis Donisete Benzi Grupioni e seus colaboradores, pois meu vínculo sentimental e intelectual com tais objetos, as circunstâncias em que eles foram recolhidos, a lembrança dos homens e mulheres dos quais os obtive não diminuiu ao longo dos anos. Mantenho um contato pessoal ou epistolar com

os colegas brasileiros que trabalham atualmente com os Nhamiquara, e que me mantêm a par de suas pesquisas. Alguns dias antes de escrever estas linhas, eu recebia, em minha sala do Collège de France, a visita de dois Índios Bororo em companhia dos pesquisadores da Universidade Dom Bosco, situada em Campo Grande no Mato Grosso. Os índios ainda estão na França.

Esta exposição presta uma magnífica homenagem a suas artes. Que ela possa contribuir à sua manutenção, enquanto elas ainda existem, ou então, a seu renascimento.

“BRÉSIL INDIEN”, AS ARTES DOS AMERÍNDIOS D(N)O BRASIL

PROFA. DRA. REGINA POLO MÜLLER (INSTITUTO DE ARTES/UNICAMP)



“Brésil Indien” é o título que os franceses deram à exposição de objetos, imagens e música produzidos por povos indígenas que vivem no Brasil para aquele que foi o evento inaugural do “Ano do Brasil na França”, calendário de eventos denominado “Brésil, Brésils”. Trata-se da temporada cultural que tem o nosso país como convidado, cuja programação tem como finalidade

divulgar a arte e a cultura brasileiras, de modo a incrementar relações entre os dois países, neste e em outros âmbitos.

O principal objetivo do projeto curatorial cuja autoria divido com Luís Donisete Benzi Grupioni é apresentar, mais do que o lugar das culturas indígenas no “mosaico multicultural” brasileiro, aquilo que as torna particulares, autônomas e sobreviventes às transformações históricas que vêm sofrendo, da conquista aos tempos da globalização. O “Brasil Índio” de que trata esta exposição não diz respeito ao nosso modo “índio” de ser, influências ou origens de uma cultura nacional, mas sim à realidade de povos com organização social, cultural e política profundamente diversa da sociedade brasileira. Não aceitamos as idéias de sincretismos e amálgamas tão caros à construção do conceito de cultura nacional, como o título francês poderia sugerir, mas o aceitamos por sua dubiedade

que problematiza a questão da pluralidade cultural.

Antes de mais nada, e retomando as considerações da Antropologia contemporânea, considero que uma das melhores maneiras de se abordar a diferença essencial que torna estes povos particulares e únicos, cada um com seu modo próprio de ser, é apresentar o lugar que a arte tal como a concebemos, ocupa nestas sociedades. E para fazer isso, nosso projeto não é uma discussão convencionalmente formulada no âmbito das ciências antropológicas e etnológicas, mas uma apresentação sensível de informações apreendidas pela fruição estética, segundo partido que tomamos no projeto curatorial, desta vez em co-autoria com a cenografia de Daniela Thomas e Felipe Tassara.

Estou falando aqui de uma aproximação entre universos estéticos, de modo que o conhecimento possa se realizar a partir de uma experiência humana comum. São exibidos, assim, através de uma cenografia concebida nestes termos, objetos de grande impacto artístico. Urnas marajoaras, estatuetas antropomórficas e vasos cariátides de coleções arqueológicas brasileiras e européias, para os tempos pré-históricos, bem como máscaras e plumária do século XVIII, de museus europeus,



são reunidos para evidenciar, na primeira parte da exposição, as tradições estéticas destes povos. A plumária contemporânea e os objetos trançados, cuja matéria prima principal, a folha de palmeira, é um signo dos trópicos, emprestados principalmente de museus e coleções brasileiras, abrem a segunda parte. Dezenas de culturas estão aqui representadas, através de exemplares belíssimos e únicos, pelo uso e significado, e que reúnem, por outro lado, estilos técnicos diversos e matéria prima comum.

Objetos, imagens em movimento e sons devem proporcionar experiências cinestésicas que conduzem o público a se deparar com o conhecido - é música, teatro, dança e artes plásticas - mas é também religião, ética e relações de reciprocidade social e econômica, muito diferentes de nossos sistemas ocidentais.

O projeto curatorial busca em suma, demonstrar que se encontra nas culturas indígenas apresentadas uma verdadeira busca estética na confecção de objetos utilitários - do conforto pessoal aos equipamentos de processamento de produtos alimentares -, nas cerimônias de troca econômica e de socialização dos indivíduos e nos rituais religiosos, ocasião reflexiva sobre a história e a cosmologia e mecanismo de transmissão de valores éticos e morais.

ENTREVISTA

AS ARTES DOS ÍNDIOS BRASILEIROS EM PARIS

ENTREVISTA COM LUÍS DONISETE BENZI GRUPIONI
DOUTORANDO NO PPGAS-USP E CURADOR DA EXPOSIÇÃO

No dia 28 de março foi inaugurada, em Paris, pelos ministros da Cultura do Brasil, Gilberto Gil, e da França, Renaud Donnedieu de Vabres, a exposição "*Brésil Indien: les arts des amérindiens du Brésil*", nas Galerias Nacionais do Grand Palais. Evento inaugural do ano do Brasil na França, a exposição traça um amplo panorama das produções artísticas indígenas, apresentando objetos arqueológicos e etnográficos, guardados em museus europeus e brasileiros. É a maior mostra dedicada aos povos indígenas no Brasil já realizada no exterior.

O Informe entrevistou o antropólogo Luís Donisete Benzi Grupioni, doutorando em antropologia social na FFLCH-USP e um dos curadores da exposição.



PINTURA CORPORAL XIKRIN

Qual é a ambição da exposição "Brésil Indien" ?

A exposição tem como ambição apresentar as artes indígenas no Brasil, da pré-história aos dias atuais. Trata-se de mostrar a busca da beleza e da perfeição por parte dos povos indígenas, evidenciando universos estéticos

sui generis, marcados por uma profunda diversidade no tempo e no espaço. A exposição divide-se em 7 módulos, organizados em momentos de contemplação de objetos e momentos de percepção multi-sensorial, com projeções e sonoridades. A sofisticação das artes indígenas são exibidas por meio de objetos coletados desde o século XVIII até objetos contemporâneos, que os índios fizeram especialmente para a mostra.

A intenção geral da exposição é propiciar um encontro do público ocidental com um outro fazer artístico, ancorado em formas diversas de pensamento, de estar no mundo e de conceber o mundo.

Como vocês procederam para reunir tantas obras num só projeto com tantos objetos testemunhando um longo período de tempo?

Nossa intenção foi reunir num mesmo espaço manifestações artísticas das mais diversas. Partimos das evidências deixadas pelas populações pré-históricas que antecederam os povos indígenas atuais, reunindo obje-



URNAS ANTROPOMORFAS MARACÁ

tos de rara beleza, tanto na forma quanto na decoração, que já demonstram práticas sociais altamente complexas e elaboradas. Esse é o caso de estatuetas antropomorfas, de urnas funerárias ricamente

decoradas, de desenhos e incisões em rochas e abrigos. Esses objetos que atestam a antiguidade das práticas simbólicas e estéticas dos povos indígenas são sucedidos na exposição por objetos produzidos por povos que desapareceram após o contato com os colonizadores. Guardados em museus europeus, tais artefatos revelam uma rica produção por parte de povos desaparecidos, recolhidos por viajantes e pesquisadores. Esses dois núcleos antecedem a apresentação de objetos contemporâneos, ainda hoje produzidos por povos indígenas, onde se revela habilidade técnica e senso estético em produções densas de significados, que são diversos, refletindo concepções de mundo únicas e particulares. Nessa parte, apresentaremos a diversidade das produções indígenas a partir da plumária, da cestaria, da cerâmica, da música e dos grandes rituais indígenas.

A reunião desse conjunto heterogêneo de produções materiais só foi possível porque conseguimos envolver nesse projeto acervos de diferentes instituições, tanto da Europa quanto do Brasil: no total temos quase 400 obras provenientes de 13 museus e instituições de pesquisa.

Quais são as instituições que participam dessa exposição?

Nós reunimos nessa exposição acervos provenientes de museus europeus e brasileiros. Além da coleção etnográfica reunida por Lévi-Strauss, que se encontrava no Musée de L'Homme e hoje integra o recém-criado Musée du Quai Branly, e que é apresentada numa sala especial, trouxemos para Paris peças de três outros países europeus: de Portugal, trouxemos peças de Coimbra e Lisboa, merecendo destaque a coleção das máscaras Jurupixuna coletadas pelo naturalista viajante Alexandre Rodrigues Ferreira entre 1783 e 1792. Da Itália, vieram peças belíssimas como a plumária dos Munduruku e a cerâmica dos Kadiwéu, coletadas por Guido Boggiani, em 1892, hoje depositadas no Museu Luigi Pigorini. E da Suíça, vieram urnas arqueológicas do Museu Barbier Muller.

Do Brasil, além de coleções particulares, levamos peças do

Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, do Instituto Cultural Banco Santos, do Museu Paraense Emílio Goeldi, de Belém, e do Museu do Índio, da Funai, no Rio de Janeiro. Todas as obras foram fotografadas e integram o catálogo editado pela Reunión des Musées Nationaux.

Como se organiza o catálogo da exposição?

O catálogo é composto por 13 artigos escritos por antropólogos e arqueólogos, brasileiros e franceses, que abordam diferentes aspectos das artes indígenas. A FFLCH encontra-se bem representada no livro, com artigos das professoras Dominique Gallois, Lux Vidal, Beatriz Perrone-Moisés, todas do Departamento de Antropologia, além de ex-alunos do PPGAS-USP, como Esj Lagrou (UFRJ), Lucia Hussak (Museu Goeldi) e Regina Muller (Unicamp), que dividiu a curadoria da exposição comigo. Com um prefácio escrito por Lévi-Strauss, o catálogo apresenta fotografias e informações sobre todas as obras expostas, além de fotos dos índios em contextos cotidianos e cerimoniais. Editado em francês, o catálogo teve um tiragem de 10.000 exemplares, constituindo-se, assim, num produto importante por si só para a divulgação das artes indígenas do Brasil no contexto europeu.

“Brésil indien” consagra um espaço especial para Claude Lévi-Strauss. O que vamos encontrar ali?

Nos anos 30, Lévi-Strauss e sua esposa, Diná, partiam em expedição ao Brasil Central, entrando em contato com diferentes povos indígenas. Essa expedição seria marcante na carreira e no pensamento daquele que se tornaria o maior expoente da antropologia mundial. Reunindo as coleções formadas durante as duas expedições realizadas por Lévi-Strauss no Brasil, em 1935-36 e em 1938-39, foi nossa intenção proceder a um duplo reconhecimento: a Lévi-Strauss e a outros pesquisadores franceses que foram importantes para o desenvolvimento da antropologia brasileira, como Alfred Métraux e Paul Rivet. Sendo esta uma exposição realizada no âmbito do ano do Brasil na França, achamos que cabia proceder a uma homenagem a esse legado francês e foi com essa intenção que organizamos uma sala especial dedicada a Lévi-Strauss. A oportunidade dessa homenagem não podia ser perdida.

Quando Lévi-Strauss, então professor da recém fundada Universidade de São Paulo, se empenhou pelo sertão brasileiro, havia uma legislação federal que obrigava todos os estrangeiros a dividirem, entre o Brasil e o seu país de origem, as coleções científicas que por ventura reunissem. Assim, as coleções etnográficas constituídas por Diná e Claude Lévi-Strauss foram repartidas entre

os dois países. A parte francesa foi incorporada ao Musée de L'Homme. Uma parte da coleção que ficou no Brasil esteve desaparecida por mais de 50 anos, tendo sido reencontrada recentemente no acervo da Universidade de São Paulo. Então, desde que foram formadas, pela primeira vez estas coleções estão novamente reunidas no mesmo espaço, juntamente com os filmes etnográficos que eles fizeram entre os Bororo e Kadiwéu. Lévi-Strauss nos emprestou uma seleção de suas melhores fotografias, que também integram essa sala.

Lévi-Strauss colaborou com essa exposição?

Sim, além de nos emprestar fotografias de seu acervo pessoal sobre os índios visitados por ele nos anos 30, que integram a sala que fizemos em sua homenagem e que foram publicadas no catálogo da exposição, ele aceitou nosso convite para prefaciar o catálogo. E, depois, no dia da inauguração, ele visitou a exposição uma hora antes que os demais convidados, percorrendo todo o espaço expositivo. Foi um momento muito emocionante, não só para nós, por tudo que ele representa, mas também para ele, que pode rever os objetos que havia coletado há 70 anos atrás.

Qual é o percurso da exposição?

Antes de tudo, nós optamos por um percurso que facilitasse a apreensão do público dos temas e conceitos que utilizamos como estruturadores da exposição. Assim, nos preocupamos em dar uma dimensão temporal clara para a apresentação dessas manifestações artísticas, com as expressões estéticas antigas, por meio de objetos arqueológicos e históricos, antecedendo as expressões contemporâneas. A segunda preocupação foi propiciar diferentes momentos e formas de percepção dos objetos expostos, ora induzindo a contemplação, ora fornecendo movimento e som. Na parte contemporânea, trabalhando a partir da proposição do estilo e da técnica, focamos nos modelos estéticos singulares, para chegarmos as diferentes formas de expressão e ação, em que os sentidos e os significados são coletivamente compartilhados. Se a plumária e a cestaria nos aproximam de universos particulares, os rituais e as músicas nos remetem a organização do cosmos e sua constante transformação. Cenas de momentos rituais e cotidianos, registrados por videomakers, antropólogos e inclusive por índios, são apresentadas em diferentes momentos da exposição, aproximando o público do universo indígena.

Sendo uma exposição sobre arte, nossa preocupação maior foi investigar caminhos e abordagens que nos per-



SALA EM HOMENAGEM A LEVI-STRAUSS

mitissem uma aproximação do público às artes indígenas pelo viés da fruição estética. Nesse sentido, a sensibilidade dos dois cenógrafos brasileiros, Daniela Thomas e Felipe Tassara, no desenho da exposição foi fundamental para uma cenografia que fugisse do simulacro, e investisse na potencialidade de cada objeto exposto.

Como os índios lidam com a arte?

Como se sabe, não existe um conceito de arte entre os povos indígenas nem a atividade designada como artística corresponde a um domínio autônomo da vida social. Ao contrário, no mundo indígena as relações estão entrelaçadas, os sentidos devem ser buscados na confluência das práticas e dos discursos. Os objetos, ricamente decorados, são vetores de relações sociais que ultrapassam as funções para as quais se destinam: sua beleza revela o exercício de uma prática artística e de uma expressão estética própria ao universo no qual eles emergem. Dito de outro modo, a visão de mundo desses povos se expressa também nos objetos que eles confeccionam, seja para serem usados em momentos rituais e cerimoniais, seja para as atividades cotidianas. Fazer objetos bem feitos, de acordo com os padrões estéticos reconhecidos pela sua comunidade, é atividade essencial para todas as pessoas. A busca da perfeição e o reconhecimento comunitário integra o prazer estético experimentado pelos povos indígenas. É esse fazer artístico impregnado de significados, informado pela tradição, compartilhado coletivamente, que pode ser apreciado pelo público ocidental.

Arte, magia, vida social parecem constituir uma só coisa para as culturas indígenas. É isso mesmo?

Diferentemente do ocidente que compartimentaliza sa-

beres e práticas, define especialistas, investe na autonomia do sujeito, os povos indígenas vivem sob uma lógica diversa. Suas ações e práticas estão organizadas em função de suas relações de parentesco, em práticas marcadas por reciprocidade, por trocas e por transformações. Trocam-se bens, comida, mulheres, conhecimento, substâncias. Coisas, pessoas e relações se transformam o tempo todo. Nessas sociedades, a vida social é plena, as relações de produção, por exemplo, são informadas por relações de parentesco e por práticas sociais oriundas de tempos mitológicos. Não há campos autônomos, independentes. Então o que chamamos de arte não é uma esfera independente, mas está presente nos rituais, nos cantos, na confecção dos objetos, na forma como as casas estão dispostas na aldeia, na decoração dos corpos, nos instrumentos de trabalho. Os objetos se realizam no seu uso, nos efeitos que causam, na interação que propiciam entre as pessoas e os demais seres que habitam o universo.

A arte precisamente é um trabalho somente de alguns iniciados?

Não. Ela é exercida coletivamente, na medida em que os conhecimentos e os meios necessários para a expressão estética estão disponíveis a todos os indivíduos e a sua apreciação não é restrita a um determinado segmento, mas fica sob o controle de toda a comunidade. Isso não impede, todavia, de que surjam exímios artesãos, que se destacarão dos demais pela habilidade técnica



SALA DE ARTES PLUMÁRIA

em trançar bons cestos, em confeccionar adornos plumários com maestria, em executar belas pinturas nos corpos em entoar boas músicas, em contar histórias verdadeiras. E eles serão reconhecidos por essas habilidades, procurados e respeitados por esse saber fazer. Mas esse saber fazer é, desde a mais tenra idade, socializado como um bem coletivo, como um saber a que todos podem ter acesso, a um prazer a que todos têm a oportunidade de apreciar. Os significados de determinadas decorações, o conhecimento sobre a sua origem, sua vinculação a um tempo passado ou aos efeitos que eles causam nos indivíduos não são de conhecimento privado, mas público, comunitário no sentido de

que todos os membros daquela coletividade podem ter acesso.

O que a plumária representa para os índios? Qual a natureza dessa expressão?

Os índios do Brasil são conhecidos pela

beleza de sua arte plumária. Objetos inusitados, intrigantes, são confeccionados a partir da justaposição e da amarração de penas e plumas de pássaros diversos. Trabalhando com praticamente as mesmas técnicas e com as mesmas matérias-primas, cada povo é autor de um estilo próprio, que nos permite identificar diferentes tradições estéticas nessa arte plumária. Decorando seus corpos ou enfeitando objetos de uso variado, a arte plumária é um bom indicador do nível de sofisticação a que chegaram os índios brasileiros. Veja, por exemplo, os adornos plumários dos índios Urubu-Kaapor, do Maranhão, que lidando com pequenas plumas produzem verdadeiras jóias. Ou os Bororo, do Mato Grosso, onde a variação da cor e do tipo de penas nos objetos vincula-os aos diferentes clãs que formam aquele povo: os objetos funcionam como brasões clânicos. O significado de cada objeto extrapola em muito nossa apreciação estética e só pode ser entendido a partir das explicações dos próprios índios: é a partir do efeito que eles causam sobre os indivíduos e sobre as relações entre os indivíduos que devemos buscar sua significação. Nós teremos um módulo inteiro da exposição só para abordar a importância da arte plumária.



ADORNO PLUMÁRIO TAPIRAPÉ

Qual a situação dos grupos indígenas hoje no Brasil?

Vivem hoje no Brasil cerca de 220 povos indígenas conhecidos, que falam mais de 180 línguas distintas, totalizando uma população entre 500 a 700 mil indivíduos. Eles vivem em mais de 500 terras indígenas demarcadas pelo governo, no que equivale a cerca de 12% do território nacional. Esses povos vivenciaram diferentes experiências de contato. Alguns estão em contato há mais de 400 anos, outros se negam a um contato mais intenso com segmentos da população brasileira. Estima-se que habitam na Amazônia mais de 20 povos isolados. Essa heterogeneidade também está presente nas suas condições de vida. Há povos que estão bem

em termos de saúde, têm seu território preservado, controlam suas relações com o mundo de fora da aldeia. Outros, porém, vivem em territórios invadidos por garimpeiros, madeireiras, mineradoras, contam com pouca assistência à saúde e educação por parte do Estado brasileiro. Povos com mais contato, e que habitam áreas mais próximas a centros urbanos estão, via de regra, em piores condições de vida. De modo geral, todos estão empenhados em melhorar suas condições de vida, e estão se organizando para isso. Ter apoio da opinião pública nacional e internacional é fundamental para eles.

Qual a influência da colonização sobre os índios?

O Brasil abriga ainda hoje além de uma enorme biodiversidade, uma expressiva e importante sociodiversidade, representada pelos mais de 220 povos indígenas que habitam o território brasileiro. É evidente que essa diversidade, tanto em termos dos ambientes ecológicos quanto dos povos que os habitam foi muito mais expressiva no passado. Acredita-se que quando os portugueses chegaram ao Brasil em 1500 viviam aqui entre 1 a 6 milhões de índios. Independente do tipo de estatística que usemos, o que se seguiu foi um processo de genocídio físico e cultural sem precedentes na história. Os povos que hoje ainda habitam o continente americano, e o Brasil em particular, são os remanescentes de um vasto contingente populacional que foi dizimado por meio da guerra, da escravidão, de doenças desconhecidas, de políticas claramente genocidas. São os sobreviventes de um holocausto. Para ficar num exemplo, das mais de 1300 línguas nativas que se supõe que fossem faladas em 1500 chegam aos nossos dias cerca de 180 línguas, e a maioria delas é falada por menos de 500 pessoas. A diferença sucumbiu na medida em que o

empreendimento colonizador ganhou forma e que se estruturou o Estado-Nacional, com suas políticas claramente contrárias aos índios. O movimento de respeito aos povos indígenas, de considerá-los parte da nação, com direitos a serem respeitados, é recente no Brasil. Por isso, ainda hoje os povos indígenas estão lutando para terem seus territórios preservados, suas culturas e línguas respeitadas, suas formas de pensamento e seus modos de vida reconhecidos, sua arte valorizada.

Como se comportam essas especificidades culturais? Podemos falar de integração dos índios na sociedade brasileira?

Em 1988, o Brasil aprovou uma nova Constituição. Nela, pela primeira vez na história, reconheceu-se o direito dos índios manterem suas línguas, culturas e tradições, cabendo ao governo brasileiro a obrigação de protegê-los bem como a seus territórios. Até então, tanto as constituições anteriores quanto a prática do estado nacional era no sentido de integrar os índios por meio de políticas que visavam o abandono de suas línguas e de suas formas tradicionais de vida. Assim, apesar de uma política constante de integração nacional, os povos indígenas, em sua maioria, persistiram na afirmação de suas identidades diferenciadas, rejeitando as práticas assimilacionistas. Hoje muitos povos lutam pelo reconhecimento étnico, principalmente aqueles que estão próximos ao litoral, onde o processo de colonização foi mais intenso. Sinal deste esforço de manterem suas identidades são as inúmeras organizações indígenas que têm surgido como estratégia para defender seus direitos e interesses. Elas são o sinal mais eloquente de que os povos indígenas estão interessados em dialogar com o mundo de fora das aldeias, sem abrir mão do sentimento de pertencimento étnico.

ESPAÇO MEMÓRIA

ENTREVISTA COM CARLOS ALBERTO ZERON

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH

SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO

O entrevistado é professor do Departamento de História.

Daniel Cantinelli Sevillano: Gostaria que você me falasse sobre sua formação acadêmica.

Carlos Alberto Zeron: Eu tenho uma trajetória um pouco

errática dentro da USP, talvez. Eu comecei como aluno do curso de Biologia, que cursei durante dois anos. Foi nesse período que se deu o meu maior envolvimento político em questões universitárias. Nós estávamos muito empenhados em discutir e reformular o curso, e foi

buscando um outro tipo de reflexão que eu vim para os cursos de História e de Filosofia.

DCS: Em que ano você entrou na História?

CAZ: Em 1982, e posso dizer que eu não estive muito envolvido, inicialmente, porque também tinha muitas críticas a ele.

DCS: Como era o Movimento Estudantil na época?

CAZ: Este período foi uma época de muita agitação entre os estudantes e os professores, no Departamento de História, pois também aqui buscávamos modificar a estrutura curricular do curso e quebrar os resquícios da estrutura de cátedras, que persistia no Departamento, uma estrutura em que o professor titular tinha poderes quase feudais dentro da sua área. O movimento bem maior por parte dos professores, contudo, por questões que lhes diziam respeito, e os estudantes acabaram participando destas discussões de maneira mais marginal, inclusive porque, por falta de informações, não podiam discernir todos os interesses que estava em jogo. O problema que se colocava era em relação à estrutura política do Departamento, já que não havia concurso público e os professores eram indicados pelo titular. Foi nessa época que se passou da estrutura de Conselho departamental para a da Plenária, mais democrática.

As aulas refletiam até certo ponto essa estrutura: a primeira parte da aula era ministrada pelo titular, como uma conferência, e na segunda parte a turma era dividida em três grupos menores para a discussão de seminários. Isso já era bem mais interessante e produtivo; hoje nós discutimos os textos de seminário com cerca de 80 alunos, o que é evidentemente inviável.

Quanto ao ME, tinha se desencadeado nessa época o início da sua decadência, com uma tendência à desmobilização das correntes políticas organizadas e, simultaneamente, o desaparecimento dos movimentos anarquistas e pseudo-anarquistas que haviam surgido nos anos mais recentes, como oposição aos primeiros.

DCS: Você não participou no ME como aluno da História?

CAZ: Tive uma participação muito marginal e independente. Eu encontrei aqui na História um ME articulado em torno das tendências, e tive uma posição crítica em relação a elas, particularmente em relação ao seu modo de funcionamento, isto é à sua falta de democracia interna na divisão de tarefas ou simplesmente à falta de debate interno.

De resto, como eu te disse, quando entrei aqui em 1982 parecia que o declínio do ME estava engrenado. Eu lembro por exemplo que muitos trotskistas usavam camisetas em que estava escrito "Valeu, valeu, Walesa!", sem suspeitar, acho eu, que o Lech Walesa era o braço político do papa João Paulo II na Polônia.

DCS: Você entrou no curso de Filosofia também?

CAZ: Sim. Em 1981, eu entrei em Biologia; em 1982, entrei em História, que cursei junto com Biologia, e em 1983 larguei o curso de Biologia e entrei em Filosofia, que também acabei por abandonar. Cursei as disciplinas do curso de Filosofia que complementavam minha formação em História, já que nós nunca tivemos aqui uma matéria como História da Filosofia ou Filosofia Política, por exemplo. A estrutura curricular era extremamente rígida, não tínhamos a quantidade de optativas que temos hoje. Se não me engano, tínhamos apenas três optativas, e todas dentro do departamento. A alternativa era prestarmos outro vestibular para cursar disciplinas de outros departamentos, o que gerava um problema grave, bastante discutido na época, pois acabávamos disputando vagas com outros candidatos.

DCS: O Movimento Estudantil tinha um papel agregador na época?

CAZ: Tinha sim; ele certamente agregava as pessoas. Ele era o lugar onde todos se encontravam, não apenas alunos da FFLCH, mas de toda a USP. Era nas assembleias estudantis e nos fóruns de discussões onde nos encontrávamos e nos conhecíamos, porque a forma segmentada como a estrutura curricular estava montada não permitia esse contato entre os alunos, dentro ou fora do Departamento.

DCS: E como você vê o ME hoje?

CAZ: Hoje ele praticamente não existe; ele é predominantemente espontaneísta e errático, e nesse sentido ele agrega muito pouco. Isso pode ser observado nas suas assembleias, que tratam fundamentalmente de seus próprios interesses, e que são extremamente esvaziadas. Na Semana de Graduação, que se seguiu à greve dos estudantes de 2002, durante uma assembleia complicadíssima, os estudantes saíram da mesa para resolver um problema e não voltaram mais. Eu acabei conduzindo a assembleia até o final, apesar de estar ali apenas como representante do Departamento (eu era vice-chefe do DH). Antes e depois de 2002, não houve grande mobilização por parte dos estudantes, nem em função

de seus interesses, nem em função de questões políticas mais gerais que nos concernem. Aqui no Departamento, isso se deve, acho, ao referido espontaneísmo, que dificulta o surgimento de uma postura de organização e mobilização permanente dos estudantes. O ME agrega muito menos hoje do que ele o fazia no passado.

DCS: Você começou o mestrado logo que terminou a graduação?

CAZ: Sim, e como no último ano eu cursei poucas matérias, acho que apenas Brasil Independente, com o Edgar Carone, e Estudo de Problemas Brasileiros, eu tive tempo para escrever meu projeto de mestrado. Antes de me formar, procurei o professor Arnaldo Contier, que trabalhava com o tema que me interessava: música.

DCS: Você foi para a França fazer seu doutorado?

CAZ: Eu já redigi a dissertação de mestrado fora do país. Quando minha bolsa terminou, eu tinha recebido um convite para fazer o doutorado na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris, e fui para lá antes de ter defendido o mestrado.

DCS: Por que você decidiu fazer o doutorado fora do país?

CAZ: Eu tinha interesse em diversificar a minha experiência acadêmica. É uma prática corrente no nosso Departamento uma formação homogênea e continuada, freqüentemente com os mesmos orientadores, mas eu sou muito crítico em relação a isso. Eu tinha a vontade e a expectativa de ampliar a minha formação; eu tinha vontade de ter uma outra visão da História e da historiografia, e fui buscar isso na França.

DCS: Os historiadores franceses têm grande importância para a formação do Departamento de História da USP.

CAZ: A Missão francesa de historiadores deu algumas coordenadas para a estruturação do Departamento, mas

ela não ficou aqui até a sua institucionalização. Existe certamente uma herança francesa, mas me parece que ela não é tão determinante assim. Talvez a gente exagere um pouco essa herança porque ela dá alguma "carta de legitimidade" ao Departamento.

Quanto à historiografia francesa, ela ainda tem um peso relativo dentro do departamento, porque ainda tem um poder de irradiação muito grande – apesar de que o que se produz hoje na França não ter muita relação com o que faziam os historiadores que para cá vieram.

Mas não foi por esse motivo que eu fui fazer meu doutorado na França; eu não pretendia resgatar nenhuma dessas tradições.

DCS: Em que ano você começou a dar aulas na FFLCH?

CAZ: Eu comecei a lecionar em setembro de 2000, mas meu contrato só saiu em fevereiro de 2001.

DCS: Quais as principais mudanças no DH, em relação ao seu tempo de aluno, que você sentiu quando começou a dar aulas?

CAZ: Acho que duas são principais: o esvaziamento da Plenária do departamento e o aumento no número de alunos e de professores. Eu entrei aqui no início de um processo profundo de renovação do quadro de docentes do Departamento. Antes da greve de 2002, tínhamos ingressado eu e o Pedro Puntoni, não sei se mais alguém. Depois disso, entraram mais 18 professores. Acho que a modificação do modo de funcionamento do Departamento pode ser significativa.

Outra mudança importante no Departamento diz respeito à pós-graduação. Muitos da minha geração optaram por sair do país para realizar seus estudos de pós-graduação (o que era relativamente fácil, então). Agora, a pós-graduação está bastante consolidada no país, e essa experiência internacional, para o bem ou para o mal, tende a diminuir.

ENTREVISTA COM HÉLIO DE SEIXAS GUIMARÃES

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH

SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO

O entrevistado é professor de Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas.

Daniel Cantinelli Sevillano: Você me disse que fez dois

cursos de graduação.

Hélio de Seixas Guimarães: Sim, em 1984 eu entrei em Letras aqui na Faculdade e no curso de Jornalismo da PUC. Num determinado momento, no entanto, decidi

concluir o jornalismo para em seguida fazer pós-graduação em Letras. Mas freqüentei a Faculdade de forma relativamente regular e intensa entre 1984 e 1987.

DCS: Que habilitação você fez?

HSG: Fiz Português e Inglês. Naquele período a habilitação era escolhida já no vestibular. Cursei dois anos de Inglês e depois me concentrei nas disciplinas de Português, nos cursos de língua e literatura, que passaram a me interessar mais.

DCS: Como era a Faculdade quando você fez sua graduação?

HSG: Ela funcionava ainda nas Colméias, naquelas salas embaixo do CRUSP. As salas de aulas eram improvisadas; tão improvisadas que muitas vezes assistíamos às aulas com cachorros entrando, saindo e dormindo na sala, quando não faziam coisas mais graves. As instalações precárias levavam à dispersão dos alunos. Na biblioteca, os livros ficavam do outro lado do balcão, e as notícias que chegavam sobre o acervo, ao qual não tínhamos acesso direto, eram sempre as mais terríveis: muitos livros permaneciam encaixotados e, quando chovia, muitos eram danificados. A qualidade de alguns cursos era o contraponto a essa precariedade; muitos professores que estão aqui hoje já davam aulas naquele tempo. Havia também uma diversidade muito grande de alunos, de várias regiões da cidade e do Estado, de vários níveis socioeconômicos. Essa variedade fazia, e acho que ainda hoje faz, a Faculdade um lugar muito interessante.

DCS: Alguns professores me disseram que vocês conviviam diariamente com o pessoal do CRUSP.

HSG: É verdade; ali era o quintal do CRUSP, então às vezes passava gente enrolada na toalha, gente de pijama, havia brigas de namorados etc.

DCS: Mas os alunos não se mobilizavam para a construção de um prédio próprio para Letras?

HSG: Eu não me lembro de nenhum movimento reivindicatório forte em relação a isso. Aquele foi um momento de grande desmobilização política, de muito pouca disposição dos alunos para questões coletivas. Era um momento de desarticulação do movimento estudantil, que vivia um pouco a ressaca da ditadura.

DCS: Os alunos da PUC eram mais politizados nessa época?

HSG: Não sei se mais politizados, mas pelo menos mais

mobilizados do que os alunos com os quais eu convivía na Letras. Até pelo espaço físico, mais concentrado, produzia uma discussão mais viva, pelo menos do lado de fora da sala de aula. A PUC nesse período passou por uma fase de mudanças, de grave crise econômica, de aumentos brutais no preço das mensalidades; enfim, havia várias questões que afligiam a comunidade estudantil muito diretamente, e também por isso acho que havia uma mobilização maior dos alunos.

DCS: Como era o curso de Letras na época?

HSG: O currículo de Letras era bastante fechado, com uma margem muito pequena para escolher disciplinas, um pouco como ainda é hoje. Eram poucas as optativas oferecidas e muitas vezes era preciso cursar uma optativa pelo simples motivo de ser a única que cabia na grade. Não havia o ciclo básico, então o aluno entrava direto na habilitação que havia escolhido no vestibular. Mas o curso para mim foi uma revelação. Tive professores excelentes e disciplinas muito boas, como as que fiz com o professor Alfredo Bosi, sobre Literatura Colonial e Machado de Assis, e cursos memoráveis de Língua Portuguesa com as professoras Nina Rosa e Flávia Carone. Esses foram alguns dos cursos decisivos para consolidar meu interesse pelo estudo de língua e literatura.

DCS: O curso de Literatura Brasileira era igual ao que existe hoje?

HSG: Não exatamente, porque as disciplinas estavam organizadas em ordem cronológica, ou seja, começavam com Literatura Colonial e depois seguiam em direção ao Modernismo. Atualmente, o aluno estuda primeiro o Modernismo em Literatura Brasileira I e II, e depois o século XIX em Literatura Brasileira III e IV. Mas em linhas gerais acho que os cursos mantêm o estilo e a qualidade daquela época, até porque muitos dos professores continuam dando aulas e boa parte dos novos professores foi formada por esses professores, que estavam aqui nos anos 80.

DCS: Você fez seu mestrado e doutorado na UNICAMP. Durante esse tempo, você manteve contato com a USP?

HSG: Sim e não. Sim porque boa parte dos professores com quem tive aula na Unicamp foi formada ou passou pela USP, como Berta Waldman, Haqira Osakabe, Marisa Lajolo, Roberto Schwarz. Mas era outra instituição, com outras linhas de estudo, abordagens e problemas, de modo que por muitos anos não tive contato direto com a USP. Voltei para cá mesmo para prestar o

concurso para a área de Literatura Brasileira, no final de 2002, de modo que entre 1987 e 2002 fiquei longe da Faculdade.

DCS: Você acompanhou a greve de 2002?

HSG: Acompanhei com muito interesse, mas de longe, pela imprensa. Acho que a parcela da sociedade que se interessa mais diretamente pela universidade acompanhou a greve, que foi muito importante em vários sentidos, não

apenas pelos resultados práticos. Acho que ela é uma espécie de divisor de águas na história da Faculdade.

DCS: A greve mostrou como o Movimento Estudantil mudou.

HSG: Exatamente, para mim mostrou como mudou o tipo de reivindicação e a capacidade de organização e mobilização dos alunos em torno de problemas do curso, coisa inimaginável no período em que fui aluno.

ENTREVISTA COM JOÃO ROBERTO FARIA

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH

SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO

O entrevistado é professor de Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas.

Daniel Cantinelli Sevillano: Você fez sua graduação aqui na Faculdade de Filosofia?

João Roberto Faria: Não, eu estudei, entre 1970 e 1973, na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, que era um instituto isolado na época, e que hoje está anexada à UNESP. Fiz Letras com dupla habilitação, Português e Inglês.

DCS: E a pós você fez aqui na USP?

JRF: Sim, porque naquele tempo havia pós-graduação só na USP e na PUC, se não me engano. Eu tive uma professora em Araraquara no quarto ano de curso, a Walnice Nogueira Galvão, que era professora também na FFLCH. Ela me passou as primeiras informações sobre o funcionamento da pós, e logo que me formei vim para São Paulo e me candidatei a uma vaga no mestrado com o professor Décio de Almeida Prado.

DCS: Seu interesse por teatro vem dessa época?

JRF: Eu tinha interesse por literatura em geral, e por literatura brasileira de um modo particular. Quando me inscrevi para fazer a prova de seleção no mestrado com o professor Décio, eu vi que a área de especialização dele era teatro brasileiro, e eu não tinha formação nessa área. Tratei então de estudar, e me preparei durante três ou quatro meses, lendo peças importantes da dramaturgia brasileira e estudos críticos e históricos. Naquela altura eu não sabia que no futuro iria seguir essa especialidade da literatura brasileira.

DCS: Como era a Faculdade de Filosofia naquele tempo?

JFR: Eu tive uma convivência pequena com a Faculdade; no ano de 1974 fiz quatro cursos de pós e só vinha aqui para assistir às aulas. Continuei morando em Matão e fazia também um curso de especialização em Teoria Literária na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. Em 1975 mudei-me para São Paulo e aproveitei para seguir as aulas de graduação do professor Décio. Naquela época, a Faculdade funcionava nas Colméias e havia uma insatisfação muito grande com as condições materiais que nós tínhamos naquele espaço, com salas pequenas e condições físicas precárias. Eu me lembro de que havia uma mobilização grande por parte dos alunos para que um prédio próprio fosse construído. Mas não pude acompanhar de perto essa luta, porque no início de 1976 eu me mudei para Curitiba para dar aulas na Universidade Federal do Paraná.

DCS: Em que ano você defendeu o seu mestrado?

JRF: Em 1982. Em junho, se não me falha a memória. Naquela época, o mestrado tinha mais importância do que tem atualmente. Para começar, o prazo que nós tínhamos era muito longo, oito anos para defender a dissertação. Entendia-se o mestrado como um processo de amadurecimento intelectual do aluno, e para mim o mestrado foi isso, pois entrei na pós-graduação com 21 anos e nem tinha condições de fazer uma dissertação em pouco tempo. Por outro lado, as exigências dos professores orientadores e das bancas examinadoras eram muito grandes, o que colocava os mestrandos diante de um desafio: realizar um trabalho de pesquisa e reflexão

com uma consistência que hoje se exige apenas no doutorado. Como muitos colegas da pós, utilizei os oito anos aos quais eu tinha direito no mestrado. Redigi aos poucos a dissertação, por duas razões principais: em primeiro lugar, dei aulas durante todo o tempo; em segundo, como tinha escolhido estudar o teatro de José de Alencar, de um ponto de vista crítico e biográfico, precisei pesquisar em jornais que só existiam no Rio de Janeiro, trabalho que só podia fazer nas férias. Mas foi gratificante concluir a dissertação e vê-la depois de alguns anos publicada com o título *José de Alencar e o Teatro*.

DCS: E logo em seguida você começou seu doutorado?

JRF: Quanto ao doutorado, a história foi diferente: depois do mestrado, eu voltei para Curitiba, e lá recebi uma carta do professor Décio, na qual ele dizia que ia se aposentar e que por isso haveria uma vaga de professor de Literatura Brasileira na FFLCH para ocupar o lugar dele. Eu prestei a prova de seleção no segundo semestre de 2002, em novembro, e fui aprovado. Comecei a dar aulas aqui na Faculdade em março de 1983.

DCS: Os concursos da época não eram voltados apenas para portadores de doutorado?

JRF: Não, porque há 22 anos eram poucos os que tinham doutorado nas áreas de Literatura Brasileira e Teoria Literária. Logo que comecei a dar aulas, iniciei meus estudos de doutorado.

DCS: E como foi essa experiência de dar aulas e ser aluno ao mesmo tempo?

JRF: Foi um trabalho dobrado, porque você tem que dar conta de suas atividades em relação aos alunos e em relação à sua própria pesquisa. Eu já havia passado por isso em Curitiba, no início da carreira, quando a gente precisa estudar muito para dar aulas. Aqui na Faculdade não foi diferente. Fiz cursos de pós e dei aulas simultaneamente. E sem deixar de dar aulas fiz toda a pesquisa para redigir minha tese de doutorado. Acho que todos da minha geração aqui na Faculdade viveram essa experiência. Bem, preciso dizer que fiz meu doutorado com o professor Antonio Dimas, porque o professor Décio tinha se aposentado. Mas ele acompanhou todo o desenvolvimento do trabalho, o que significa que tive na verdade dois orientadores no doutorado. Quero acrescentar ainda que foi nesse período que escolhi o teatro brasileiro como centro das minhas pesquisas. Tanto que todos os meus trabalhos posteriores, com raríssimas exceções, foram sobre o Teatro Brasileiro, História do Teatro Brasileiro, análise de peças e autores.

DCS: No final dos anos 80 houve uma tentativa de se dividir a Faculdade. Você acompanhou esse movimento?

JRF: Sim, acompanhei essa tentativa de divisão, por parte de alguns professores, e desde o início eu me coloquei contra essa proposta. Eu era representante dos professores mestres na Congregação da FFLCH, e por isso pude acompanhar de perto toda a discussão, que sempre me pareceu uma iniciativa que ocultava alguns interesses particulares de quem queria divisão da Faculdade para ter o seu nicho de poder, o que é comum dentro da Universidade.

Não só eu, mas a maioria de meus colegas de Literatura Brasileira era contra essa divisão.

DCS: Muitos dos professores com quem eu conversei sobre essa tentativa de divisão disseram que o problema da Faculdade eram os departamentos de Letras e que eles, através de seus representantes na Congregação, decidiam os rumos da Faculdade.

JRF: Não vejo como isso era possível. Se você for ver, de todos os Diretores que a Faculdade teve nos últimos anos, apenas três vieram dos cursos de Letras, ou seja, Letras nunca teve muito poder dentro da Faculdade. Além disso, não é nossa culpa se nós temos mais de 800 alunos que entram todos os anos. Esse número é muito grande, e por isso nós temos que ter mais professores. É natural que na composição da Congregação nós tenhamos uma boa representatividade, mas ela nunca se caracterizou pela imposição de uma política que visasse à concentração do poder em nossas mãos.

DCS: Você acha que essa não imposição mostra uma não articulação entre as áreas de Letras?

JRF: Acho que, em parte, mostra isso. Mas mostra também o desprendimento dos professores de Letras em relação ao trabalho burocrático que vem com a participação nos órgãos de decisão da Faculdade.

DCS: Qual foi o tema do seu doutorado?

JRF: Meu doutorado foi uma continuação do mestrado. A pesquisa que eu havia feito em jornais do Rio de Janeiro para estudar a recepção do teatro de José de Alencar e as polêmicas em que o escritor tinha se envolvido revelou-me que havia outros dramaturgos importantes naquele momento, além de um movimento teatral importante, em torno do Teatro Ginásio Dramático, que se opunha ao Romantismo. Resolvi então estudar todos os dramaturgos da geração do Alencar, e fiz uma tese de doutorado intitulada *Teatro realista no Brasil: 1855-1865*, que defendi em 1990.

DCS: Você passou algum tempo fora do país estudando?

JRF: Sim, em 1991-1992 fiz um pós-doutorado na França, para estudar o naturalismo teatral. Quando eu voltei, me liguei bastante à pós-graduação, aceitando vários orientandos, e comecei a juntar material para escrever minha tese de livre-docência, que nasceu de um capítulo de minha tese de doutorado, no qual estudei as idéias teatrais de alguns dramaturgos e críticos ligados ao realismo teatral. Achei que seria interessante ampliar o estudo das idéias teatrais, com base numa pesquisa de documentos deixados pelos escritores, encenadores e críticos teatrais de todo o século XIX. Em 1998 já tinha todo o material para a tese de livre-docência, que defendi em 1999, com o título *As Idéias Teatrais no Brasil: o Século XIX (antologia de textos teóricos e críticos)*.

DCS: Em que ano você se tornou professor titular?

JRF: Em 2003, e eu tive um pouco de sorte porque ou-

tros professores livre-docentes há mais tempo que eu haviam se aposentado, o que abriu a possibilidade para que eu prestasse o concurso.

DCS: Você acompanhou a greve dos alunos de 2002?

JRF: Acompanhei bem de perto e fui até a Bienal do Livro com os alunos porque eu dava aula para uma classe que era muito ativa. Essa greve foi muito corajosa e muito proveitosa para todos nós; se não fosse a greve, nós não teríamos aumentado o número de docentes dos cursos de Letras em geral e da área de Literatura Brasileira em particular. Historicamente, sempre tivemos por volta de 13 ou 14 professores, e hoje temos 18, o que permitiu que nós diminuíssemos o número de alunos por classe e pudéssemos atendê-los de uma maneira melhor dentro e fora da sala de aula. Ainda não nos encontramos em uma situação ideal, mas é importante que estejamos todos atentos para que não haja um retrocesso.

ENTREVISTA COM MODESTO FLORENZANO

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH

SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO

O entrevistado é professor e chefe do Departamento de História.

Daniel Cantinelli Sevillano: Gostaria que você me falasse sobre sua formação acadêmica.

Modesto Florenzano: Tenho um imenso prazer em falar sobre os anos em que fiz o curso de graduação em História aqui na USP, porque foi um momento muito marcante da minha vida. Entrei em 1969, o primeiro ano de vigência do AI5, quando as universidades e o movimento estudantil foram duramente reprimidos. Lembro que havia forças militares ocupando todo o campus naquele ano, e acho que foi o primeiro ano em que não houve nenhuma recepção aos calouros no curso de História. No ano seguinte, em 1970, houve pelo menos uma aula trote com o ator Juca de Oliveira fingindo-se de professor.

Logo no começo das aulas, a professora Emília Viotti da Costa foi cassada pelo Governo. Tive o privilégio, triste, de assistir a primeira e a última aula que ela deu na USP naquele ano, porque depois foi contratada pela Universidade Yale, nos Estados Unidos. O professor Sérgio Buarque de Hollanda, como forma de protesto, resolveu se aposentar também naquele ano. O Departamento perdeu então dois de seus grandes professores.

DCS: Como era o curso de História naquele período?

MF: Se não me engano, 1969 foi o último ano em que as disciplinas foram anuais. Isso criava uma relação forte entre os professores e os alunos, que conviviam juntos o ano inteiro. Além disso, o número de alunos por classe era muito pequeno, em torno de 12 ou 15.

Gosto de lembrar que fiz todo o curso sem usar o xerox, ou seja, lendo os textos apenas nos livros. Claro que o xerox é uma coisa maravilhosa, mas ao mesmo tempo significa uma perda para o aluno, que não tem contato com a obra como um todo, não sabe como aquele livro se organiza. O aluno hoje tem contato apenas com fragmentos de livros, sem ter noção de como se organiza o todo de onde cada texto é parte.

Outra coisa boa da minha geração é que todos nós, bem ou mal, líamos em francês, o que possibilitava o uso de uma bibliografia extensa nessa língua.

DCS: Você participava do Movimento Estudantil na época? Como era esse Movimento?

MF: Com o clima de repressão do período, era impossível haver um Movimento Estudantil como aquele que existiu até 1968. Não restava aos estudantes, então, outra coisa senão estudar ou abandonar a Faculdade para

participar de organizações estudantis clandestinas. Acho que por isso acabei me dedicando mais ao curso. Eu trabalhava em um banco à noite, e passava o dia inteiro aqui na USP; fazia minhas três refeições no *campus*, com tíquetes de alimentação que a USP me fornecia mensalmente.

Terminado o primeiro semestre, saí do banco e comecei a dar aulas em cursos noturnos de Madureza, cursos preparatórios para as pessoas prestarem exames de primeiro e segundo graus. Esses cursos estavam então no auge, graças ao chamado milagre econômico, as pessoas queriam, e podiam pagar, para voltar a estudar.

O ME, como te disse, não existia no começo dos anos 70. Quando terminei o meu curso, em 1975/1976, ele ressurgiu e eu participei intensamente de várias manifestações naqueles anos.

DCS: Como era o ambiente dentro das salas de aula?

MF: Nós vivíamos sob um ambiente em que havia uma certa histeria, porque qualquer um podia ser um agente do DOPS, do DOI-CODI ou do SNI. Isso criava nos alunos uma série de desconfianças contra pessoas que não conhecíamos. Muitas dessas desconfianças eram injustificadas, mas muitas eram verdadeiras.

DCS: Como os professores reagiam a esse ambiente de vigilância?

MF: Eles se auto-censuravam no começo dos cursos, mas depois que conheciam melhor os estudantes eles passavam a falar mais livremente.

DCS: Você disse que muitos de seus colegas se tornaram professores da Faculdade anos depois.

MF: É verdade. Considerando os anos entre 1968 e 1971, muitos dos colegas da minha geração depois se tornaram professores aqui do curso de História.

DCS: Ainda existia nessa época a figura do aluno que era chamado por um professor para ser seu auxiliar logo depois de formado?

MF: O começo dos anos 70 representou um período de transição entre essa figura e a do professor contratado por concurso. Na minha época começou a existir a figura do auxiliar voluntário, ou seja, alunos no início da pós-graduação que davam aulas de graça. Era uma situação extremamente irregular, e muitos desses voluntários não conseguiram depois se efetivar como professores da Universidade.

DCS: No final dos anos 70, alguns desses auxiliares vo-

luntários resolveram não dar aulas enquanto seus contratos não fossem liberados. Você acompanhou esse fato?

MF: Não, porque depois de formado fui fazer mestrado na UNICAMP, mas não defendi minha dissertação. Só voltei para a USP em 1988, como auxiliar de ensino, mas antes passei um ano na UNESP de Assis e seis anos, de 1982 a 1988, dando aulas na PUC.

Quando voltei para a USP em 1988, entrei como auxiliar de ensino em tempo integral, o que foi uma conquista dos docentes da Universidade, que haviam lutado durante muitos anos para que todos tivessem o tempo integral. Em 1989, com a Reforma do Estatuto da USP, a figura do auxiliar de ensino, primeiro degrau da carreira acadêmica até então, foi extinta, mas permaneci como auxiliar até 1994, quando defendi meu doutorado.

DCS: Você não fez mestrado então?

MF: Não, fiz doutorado direto, estudando um livro sobre a Revolução Francesa escrito na época da Revolução. Trata-se da obra *Reflexões sobre a Revolução em França*, escrita em 1790, e de autoria de Edmund Burke. Fiz um estudo sobre esse livro porque percebi que, embora o autor fosse um conservador e tentasse desqualificar de todas as maneiras a Revolução Francesa, sua análise tinha pontos em comum com a interpretação marxista da Revolução.

É um trabalho que faz uma interface com historiografia, filosofia da História e pensamento político. O doutoramento se transformou num “fantasma” na minha cabeça, porque levou 20 anos para ser feito.

Cinco anos depois que terminei o doutorado, em 1999, fiz a livre-docência, aproveitando as idéias e autores que já havia começado a examinar na tese de doutoramento. Estudei a obra de Thomas Paine, que tem uma interpretação diríamos democrática radical da Revolução Francesa, e ele é um dos únicos, senão o único dos críticos de Burke que, como este, permanece atual.

DCS: Você sempre deu aulas de História Moderna?

MF: Sim, desde 1988, e sou um dos únicos, se não o único, professor de História Moderna que trabalha com a história moderna européia e não brasileira. Dentro da história européia, meu eixo fundamental concentra-se em Inglaterra e França.

DCS: Queria voltar um pouco no tempo: você quando aluno alguma vez pensou em se juntar à luta armada contra o regime militar?

MF: Nunca pensei retrospectivamente nestas opções. Na verdade, ao entrar aqui, talvez intuitivamente tenha sen-

tido que a luta armada era uma opção sem nenhuma chance real de vitória; por outro lado, e mais importante, sou do tipo mais inclinado à leitura, ao estudo, do que à ação. A visão retrospectiva nos engana muito, porque como nós sabemos o que aconteceu depois fica fácil analisar as opções do passado. Eu não sei se por índole ou receio não entrei em nenhuma organização clandestina, mas eu acompanhava a trajetória dessas organizações. Participava do Movimento Estudantil à minha maneira, como era possível; participei de um grupo que estudou *O Capital*, inspirados naquele famoso grupo formado por Paul Singer, Fernando Henrique, Arthur Giannotti e Fernando Novais, entre outros.

Em 1972, em pleno recesso do ME, nós, alunos do último ano, fizemos uma greve parcial contra um professor, acho que a primeira greve depois de 68. Ele era um advogado, chamado Lineu Schultzer, que dava a disciplina História das Idéias e que não tinha nada a ver com a Faculdade; ele não preparava suas aulas, e dentro da sala fazia proselitismo de direita e pregação anti-marxista. A greve foi vitoriosa, mas nós perdemos o ano, porque não tivemos aulas daquela matéria; em vez de nos formarmos em 1972, nos formamos em 1973.

Fui um dos líderes daquela greve, e isso, junto com minha participação no grupo sobre *O Capital* e com uma viagem que fiz ao Chile em 1973 para conhecer o regime socialista do Salvador Allende, foi um dos motivos que me levaram à prisão em 1974, ano em que o delegado Fleury quis dar uma demonstração de força e mandou prender uma série de pessoas da esquerda, entre as quais o professor Francisco de Oliveira. Fiquei sabendo tempos depois, que o professor Manuel Nunes Dias, chefe do Departamento de História na época, foi quem forneceu ao DOPS a lista dos que tinham liderado aquela gre-

ve; não sei se você sabe, mas foi o Nunes que também denunciou a professora Emília Viotti num Inquérito Policial-Militar, IPM. Tudo isso mostra que havia uma direita senão forte, ativa no Departamento.

DCS: Mas os alunos sabiam quem eram os professores de direita e quem eram os de esquerda?

MF: Sim, nós sabíamos. E sabíamos também da existência desse conflito entre os docentes de esquerda e os de direita, mas que não era um conflito aberto, de discussões nos corredores e tal.

DCS: Como você vê a entrada de novos professores no DH?

MF: Considero que hoje o corpo docente do departamento é melhor do que aquele que nós tínhamos no meu tempo de aluno; claro que nós tínhamos professores maravilhosos na época, como a professora Emília Viotti e os professores Sérgio Buarque de Hollanda e Fernando Novais, mas acho que no geral o nível dos docentes hoje é mais diversificado e qualificado.

DCS: Quando terminou a gestão do professor Coggiola na chefia do DH, nenhum professor queria se candidatar ao cargo. Você sabe o porquê dessa recusa dos docentes?

MF: Tenho algumas idéias sobre isso, mas não sei se elas dão conta da complexidade do problema. Nos últimos dois anos, nós mudamos muito como departamento; passamos a ter um 1/3 a mais de professores; nosso prédio enfrenta uma série de problemas, ligados à segurança, ao espaço Aquário e ao espaço físico. Eu não sei se isso assusta os docentes; muitos já foram chefes, e sabem o quão trabalhoso é esta função.

DOUTORADOS

Teses defendidas durante o mês de maio de 2005

DEPARTAMENTO CIÊNCIA POLÍTICA

CANDIDATO: Alvino Oliveira Sanches Filho

PROGRAMA: Ciência Política

TÍTULO: "O Ministério Público e o combate à corrupção política: legislação, autonomia e accountability judicial"

ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Tereza Aina Sadeck

BANCA: Profs. Drs. Fernando de Magalhães Papaterra

Limongi (FFLCH); Eduardo César Marques (FFLCH); Rogério Bastos Arantes (PUC); Celina Maria de Souza Motta (UFBA)

DEPARTAMENTO FILOSOFIA

CANDIDATO: Tarcísio Jorge Santos Pinto

PROGRAMA: Filosofia

TÍTULO: "O método da intuição em Bergson e a sua dimensão ética e pedagógica"

ORIENTADOR: Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
BANCA: Profs. Drs. Maria Lúcia Mello e Oliveira Cacciola (FFLCH); Antonio José Romera Valverde (PUC); Luiz Felipe de Cerqueira e Silva Pondé (PUC); Débora Cristina Morato Pinto (UFSCAR)

DEPARTAMENTO HISTÓRIA

CANDIDATO: Luiz Lima Vailati
PROGRAMA: História Social
TÍTULO: "A morte menina: práticas e representações da morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)"
ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado
BANCA: Profs. Drs. Maria Odila Leite da Silva Dias (FFLCH); Paulo César Garcez Martins (FFLCH); Luzia Margareth Rago (IFCH); Fernando Torres Londoño (PUC)

CANDIDATA: Simona Misan Liberman
PROGRAMA: História Social
TÍTULO: "A implantação dos museus históricos e pedagógicos do estado de São Paulo (1956 - 1973)"
ORIENTADORA: Profa. Dra. Marlene Suano
BANCA: Profs. Drs. Maria de Lourdes de Alencar Parreiras Horta (Museu Imperial); Eduardo Abdo Yazigi (FFLCH); Elias Thomé Saliba (FFLCH); Vânia Carneiro de Carvalho (MP)

DEPARTAMENTO LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

CANDIDATO: Alceu Leite Ribeiro
PROGRAMA: Estudos Comparados de Lit. de Língua Portuguesa
TÍTULO: "Literaturas em contato: Brasil e Cabo Verde (análise de *O Quinze* e *Chiquinho*)"
ORIENTADORA: Profa. Dra. Benilde Justo Lacorte Caniato
BANCA: Profs. Drs. Nelly Novaes Coelho (FFLCH); Elisa Guimarães Pinto (FFLCH); Josafat Pinto de Oliveira (Univ. São Marcos); Maria José Moreira Ferreira França

CANDIDATO: Élcio Lucas de Oliveira
PROGRAMA: Estudos Comparados de Lit. de Língua Portuguesa
TÍTULO: "Amazônia - tempo e lugar: de onde falam Euclides da Cunha e Ferreira de Castro?"

ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Helena Nery Garcez
BANCA: Profs. Drs. Fábio Lucas Gomes (UNB); John Cowart Dawsey (FFLCH); Benjamin Abdala Júnior (FFLCH); Paulo Braz Clementino Schettino (FAAP)

CANDIDATO: Ricardo Lísias Aidar Fermino
PROGRAMA: Literatura Brasileira
TÍTULO: "No palco, no papel e na prisão - uma biografia (seguida de antologia) de Álvaro Moreyra"
ORIENTADOR: Prof. Dr. Luiz Dagobert de Aguirra Roncari
BANCA: Profs. Drs. Maria Eugênia de Gama Alves Boaventura Dias (UNICAMP); Alberto Alexandre Martins; Murilo Marcondes de Moura (FFLCH); Milton Ohata (IEB)

CANDIDATA: Tatiana Piccardi
PROGRAMA: Filologia e Língua Portuguesa
TÍTULO: "A representatividade da voz do trabalhador no discurso jurídico trabalhista: aspectos da construção do sujeito social trabalhador"
ORIENTADORA: Profa. Dra. Helena Hathsue Magamine Brandão
BANCA: Profs. Drs. Maria da Glória Corrêa di Fanti (UNISINOS); Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (UNESP); Maria Cecília Pérez de Souza e Silva (PUC); Maria Adélia Ferreira Mauro (FFLCH)

DEPARTAMENTO LINGÜÍSTICA

CANDIDATA: Roberta Barni Summa
PROGRAMA: Semiótica e Lingüística Geral
TÍTULO: "Tradução e hipermídia: experimentos de atualização da *Commedia dell'Arte*"
ORIENTADOR: Prof. Dr. Francis Henrik Aubert
BANCA: Profs. Drs. Mariarosaria (FFLCH); João Azenha Júnior (FFLCH); Jerusa de Carvalho Chnaiderman (ECA); Leila Cristia de Mello Darin (PUC)

DEPARTAMENTO SOCIOLOGIA

CANDIDATO: Marco Aurélio Coelho de Paiva
PROGRAMA: Sociologia
TÍTULO: "'O Papagaio e o Fonógrafo' - a Amazônia nos prosadores de ficção (1908-1931)"
ORIENTADOR: Prof. Dr. Sérgio Miceli Pessoa de Barros
BANCA: Profs. Drs. Leopoldo Garcia Pinto Waizborn (FFLCH); Fernanda Arêas Prado (FFLCH); Maria Alice Rezende de Carvalho (IUPERJ); Antonio Arnoni Prado (UNICAMP)

MESTRADOS

Dissertações defendidas durante o mês de maio de 2005

DEPARTAMENTO CIÊNCIA POLÍTICA

CANDIDATO: Charles Kirschbaum

PROGRAMA: Ciência Política

TÍTULO: "John Rawls: justiça imparcial e seus limites"

ORIENTADOR: Prof. Dr. Cícero Romão Resende de Araújo

BANCA: Profs. Drs. Álvaro de Vita (FFLCH); Andrei Koerner (UNICAMP)

CANDIDATA: Isabela Nogueira de Moraes

PROGRAMA: Ciência Política

TÍTULO: "O regionalismo asiático revisitado: impactos para a Asean da Emergência da China Pós-Deng"

ORIENTADOR: Prof. Dr. Rafael Antonio Duarte Villa

BANCA: Profs. Drs. Oliveiros da Silva Ferreira (FFLCH); Alexandre Ratsuo Uehara (Rio Branco)

DEPARTAMENTO FILOSOFIA

CANDIDATA: Adriana Natrielli

PROGRAMA: Filosofia

TÍTULO: "A crítica de Platão ao discurso poético no livro X da *República*"

ORIENTADOR: Prof. Dr. Roberto Bolzani Filho

BANCA: Profs. Drs. Adriano Machado Ribeiro (FFLCH); Eliane Cristina de Souza (UNIOESTE)

DEPARTAMENTO HISTÓRIA

CANDIDATA: Beatriz Lopes Jardim de Cerqueira

PROGRAMA: História Social

TÍTULO: "Você já viu aquela menina que tem um balanço diferente? - A vanguarda musical paulista dos anos 1980"

ORIENTADORA: Profa. Dra. Raquel Glezer

BANCA: Professores Doutores José Geraldo Vinci de Moraes (FFLCH); Fernando Henrique de Oliveira Iazzetta (ECA)

CANDIDATA: Maria de Lourdes Ferreira

PROGRAMA: História Social

TÍTULO: "Os arquivos da administração pública nos municípios do Grande ABC - a busca do fio de Ariadne"

ORIENTADORA: Profa. Dra. Heloisa Liberalli Bellotto

BANCA: Profs. Drs. Rose Marie Inojosa; José Augusto Chaves Guimarães

DEPARTAMENTO LETRAS MODERNAS

CANDIDATA: Helmara Febeliana Real de Moraes

PROGRAMA: Estudos Linguísticos e Literários em Inglês

TÍTULO: "O tradutor pode estar redondamente enganado: um estudo contrastivo de colocações adverbiais (inglês-português) sob o enfoque da linguística de Corpus"

ORIENTADORA: Profa. Dra. Stella Esther Ortweiler Tagnin

BANCA: Profs. Drs. Antonio Paulo Berber Sardinha (PUC-SP); Lenita Maria Rimolli Esteves (FFLCH)

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

CANDIDATA: Mariana Magalhães Pinto Cortes

PROGRAMA: Sociologia

TÍTULO: "O bandido que virou pregador: a conversão de criminosos ao pentecostalismo e suas carreiras de pregadores"

ORIENTADOR: Prof. Dr. José Reginaldo Prandi

BANCA: Professores Doutores Antonio Flávio de Oliveira Pierucci (FFLCH); Antonio Ricardo Micheloto (UFU)

CANDIDATO: Rômulo Figueira Neves

PROGRAMA: Sociologia

TÍTULO: "Acoplamento estrutural, fechamento operacional e processos sobrecomunicativos na teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann"

ORIENTADOR: Prof. Dr. Leopoldo Garcia Pinto Waizbord

BANCA: Profs. Drs. Cícero Romão Resende de Araújo (FFLCH); Clarissa Eckert Baeta Neves (UFRGS)

LANÇAMENTOS

LAZARILHO DE TORMES

Edição bilingüe

Edição de Medina del Campo, 1554

Organização, edição do texto em espanhol, notas e es-

tudo crítico

MARIO M. GONZÁLEZ

Tradução

HELOISA COSTA MILTON E ANTONIO R. ESTEVES



Lazarillo de Tormes é, sabidamente, uma das obras-primas da literatura espanhola e universal. Narrativa anônima do século XVI, proibida na Espanha pela censura inquisitorial até o século XIX, pode ser entendida como uma das primeiras manifestações do romance e, dentro deste, é o ponto de partida do romance picaresco. Apesar disso, até hoje, não tivera uma edição

em português à altura de sua importância literária, histórica e cultural e, ao mesmo tempo, voltada para o leitor brasileiro. A maioria das diversas traduções, em geral, quando não partiram da edição mutilada pela censura, de 1573, foram versões bastante livres que chegaram a modificar o texto de forma tão ou mais radical do que fizera a própria Inquisição, ou pautaram-se por critérios de tradução a nosso ver inadequados. Quase todas elas careceram de aparato crítico que desse conta da complexidade do texto e da distância que o separa do leitor contemporâneo.

Uma edição bilingüe realizada pela Embaixada da Espanha no Brasil, em 1992 – da qual participou parte da equipe responsável pela presente – esgotou-se rapidamente. Tendo em vista a grande demanda pelo texto entre os estudantes universitários brasileiros, fazia-se premente uma nova edição. Um fato, no entanto, acontecido exatamente nesse ano de 1992, e que veio a público no fim de 1995, levou-nos a mudar o rumo de uma simples reedição.

Com efeito, em meados de 1992, ao dar-se início à reforma do sótão de uma antiga casa localizada no centro do povoado de Barcarrota, na província de Badajoz, região da Extremadura, na Espanha, foi encontrada, atrás de uma parede falsa, uma pequena biblioteca formada por onze títulos (dez em nove volumes impressos e um manuscrito), todos eles datados do século XVI e proibidos à época pela Inquisição. O cuidado com que o proprietário embrulhara os volumes permitira uma boa conservação da maioria dos textos. Um dos mais bem conservados, felizmente, era uma edição de *Lazarillo de Tormes* realizada em Medina del Campo (no ano de 1554, como as outras três mais antigas até hoje conhecidas) e de cuja existência não se tinha notícia até então. Entre os demais títulos, havia textos em francês, italiano, latim, grego, hebraico e um em português – por ironia, um conjuro conhecido como a *Oração da Emparedada*.

Tratava-se, sem dúvida, de exemplares da biblioteca de um erudito, um humanista, talvez um reformista ou um converso. A incógnita sobre a identidade do proprietário passou a ser um dos enigmas mais interessantes recentemente propostos aos hispanistas e, sem dúvida daria um bom filme.

Levando em conta que alguns críticos consideraram que essa edição de *Lazarillo de Tormes* seria a mais próxima à *princeps*, até hoje perdida, decidimos utilizá-la como base para a nossa edição. Para tanto, empreendemos a transcrição do original, a partir de uma edição fac-similar.

Esse trabalho exigiu, como é lógico, optar por um sistema de modernizações, correções ou manutenções, uniformizações (ou não) do texto original. Neste, a pontuação é carente de sentido para nós, o que exige defini-la. E não há parágrafos, o que impõe estabelecê-los. Tudo isso significa ter que optar por sentidos do texto, o que foi feito à luz de estudos anteriores sobre o romance e com apoio em outras edições críticas, já que estas, mesmo não se pautando pela edição de Medina del Campo, apóiam-se nas outras edições de 1554 que, na prática, não apresentam grandes diferenças com a recentemente descoberta.

A edição destina-se tanto aos professores e estudantes universitários brasileiros quanto aos amantes da literatura em geral. É bilingüe e impressa de maneira espelhada, a fim de permitir a leitura do texto em português e, ao mesmo tempo, o cotejo com o original; ou, também, a leitura em espanhol, com a possibilidade de resolver, na tradução, as dúvidas que ocorrerem àqueles que não dominem a língua espanhola do século XVI. Além disto, o volume traz notas de rodapé que esclarecem questões pontuais, bem como um estudo crítico no qual se comentam e elucidam alguns dos principais problemas que o texto apresenta, além de bibliografia sobre a obra, a relação das principais edições espanholas e das traduções anteriores ao português e uma tabela com o sistema monetário espanhol do século XVI.

A tradução ao português (que opta por trazer o texto ao leitor brasileiro de hoje, sem tentar inventar uma língua portuguesa do século XVI) é da autoria dos professores Heloísa Costa Milton e Antonio R. Esteves, da UNESP, *campus* de Assis. A revisão da tradução esteve a cargo da professora Valeria De Marco, professora associada de Literatura Espanhola do DLM.

A cuidada edição da Editora 34 permitiu colocar à disposição dos leitores um texto impecável. Com ele, fica ao alcance do público brasileiro uma história que, se pode ser lida como as divertidas aventuras de um dos primei-

ros malandros da história da literatura, por trás dessa sua “autobiografia” formula uma forte denúncia. Denúncia voltada não apenas para o clero ou a hipocrisia social do século XVI, mas, especialmente, para o sistema capaz de corromper, ao longo de sua existência, a criança que, mesmo tendo que valer-se de sua astúcia para sobreviver à fome e aos maus tratos a que é submetida, ainda era capaz de ver criticamente a sociedade. Anos depois, após diversas peripécias, terminará sendo a caricatura da caricatura social que denunciara. A partir des-

sa situação final, narra a sua vida; mas agora a incapacidade de se ver a si próprio levará Lázaro de Tormes, o protagonista, a sentir-se “no auge de toda boa fortuna”.

Como uma justa homenagem a quem escondeu esses volumes em Barcarrota – a edição está dedicada “ao anônimo que um dia arriscou a vida para preservar este livro”.

MARIO M. GONZÁLEZ

Professor Titular de Literatura Espanhola
Departamento de Letras Modernas



Aspectos do *Lazarillo de Tormes* na edição de Medina del Campo, de 1554: o frontespício da obra; a abertura do “Tratado terceiro”; e a página final do livro, com o texto de colofão (“Foi impressa a presente obra na mui nobre vila de Medina del Campo, na imprensa, dos irmãos Mateo e Francisco del Canto. Acabou-se de imprimir no primeiro dia do mês de março, ano de MDLIV”).

O ROCAMBOLE

Davi Arriguci Jr.

Nesta novela de Davi Arriguci Jr., o cenário é São João da Boa Vista, interior de São Paulo. O enredo se desenvolve tendo como pano de fundo a rivalidade entre duas famílias de imigrantes: a família alemã Heyst e a família italiana Pascali. O destino de ambas se entrelaça no momento em que Mariana se torna o elo entre elas. Num primeiro momento, Mariana, que no dia em que iria se casar com um dos herdeiros da Família Heyst, sofre uma grande perda e posteriormente, quando passa a integrar a Família Pascali, convivendo ainda com a Família Heyst, o conflito se afirma. Se adequam perfeitamente ao jogo de memória externa e interna do livro as ilustrações de contornos vagos e imprecisos de Paulo Pasta.



PRODUÇÃO DA FACULDADE



CADERNOS NIETZSCHE

Os cadernos Nietzsche visam constituir um fórum de debates em torno das múltiplas questões colocadas acerca e a partir da reflexão nietzschiana. Conhecido sobretudo por filosofar a golpes de martelo, desafiar normas e destruir ídolos, Nietzsche, um dos pensadores mais controvertidos de nosso tempo, deixou uma obra polêmica que continua no centro da discussão filosófica. Daí, a oportunidade destes cadernos que se empenham em levar a sério este filósofo tão singular.

ISSN 1413-7755 15,5 x 21 cm 116p. R\$ 5,00



PRECONCEITO RACIAL EM PORTUGAL E BRASIL COLÔNIA

Maria Luiza Tucci Carneiro

Trata-se de um livro pioneiro sobre os estatutos de limpeza de sangue na história da Espanha, Portugal e Brasil Colônia, a comprovar, como dizia Charles Boxer, que nossos colonizadores eram muito mais racistas do que supunha Gilberto Freire. Tucci Carneiro relança o livro com atualização bibliográfica e documental e discute o significado do mito da pureza de sangue, suas bases institucionais, sua história, desde as origens até sua extinção, no século XVII, focando o assunto nos cristãos-novos.

A Profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro é historiadora e inclui, entre seus temas de pesquisa, a questão dos direitos humanos, da intolerância aos grupos étnicos, do anti-semitismo no Brasil, da censura, da imigração judaica e do Holocausto

A POESIA NA ESTÉTICA DE HEGEL

Marco Aurélio Werle

Neste livro, são analisados os principais tópicos da estética literária de Hegel, tais como o lugar da linguagem na poesia, a diferença entre poesia e prosa, a lógica dos três principais gêneros poéticos (épica, lírica e drama), bem como são passadas em revista várias interpretações literárias feitas por Hegel em seus *Cursos de estética* desde a conhecida análise dialética da *Antígone* de Sófocles, passando pelos dramas de Shakespeare e chegando aos poemas líricos de Goethe e Schiller.



SBN: 85-98292-42-7 / 328p.
/ 14x21 / R\$30,00



CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CONSEQÜÊNCIAS DA REDUÇÃO DO JURO

Tradução, introdução e notas: Walter Paixão

Considerações sobre as Conseqüências da Redução do Juro foi publicado em Londres, entre fins de novembro e início de dezembro de 1691, mas, por razões editoriais, apresenta a data de 1692. As duas primeiras traduções do *Considerations* de que temos notícia são italianas: uma, a cargo da dupla G. F. Pagnini e A. Tavanti, foi editada em Firenze, em 1751; a outra, de autoria de Francesco Fagiani, foi editada por Capelli, Bologna, em 1978. A terceira tradução, para o idioma português, é a presente.

A pequena obra foi escrita em estilo polêmico contra duas propostas de lei, apresentadas ao Parlamento inglês: uma, pela redução da taxa de juro, de 6% para 4% ao ano; outra, pela desvalorização da moeda. Para justificar a sua posição, Locke formula 'leis de valor', que constituem a teoria de formação dos preços que faz dele um dos fundadores da *ciência econômica*. Mas adiciona a argumentos econômicos 'puros' argumentos '*prudenciais*', cujas fontes são suas reflexões sobre ética, política e pedagogia.

Argumentos formulados por Locke na segunda metade do século XVII poderiam ser utilizados, ainda hoje no Brasil, tanto contra os que reclamam também por uma lei de juro baixo como contra os que têm alergia a toda forma de regulação econômica. Pois, ao mesmo tempo que mostram a inutilidade e a insensatez de se fazerem leis contra a 'natureza das coisas', em matéria econômica, sugerem limites dentro dos quais não somente se podem como se devem mobilizar experiência histórica e outros 'conhecimentos' para realizar o principal fim da vida e da sociedade humana, que é a felicidade.

SAIBA MAIS

A imprensa e a Internet possuem uma terminologia específica, desconhecida para o não-usuário destes veículos. A maior parte destes termos está em inglês, o que suscita grande discussão sobre o seu uso. Aqui estão deles:

Briefing ("resumo")

Diretrizes ou informações de um órgão ou indivíduos da Faculdade à Assessoria de Comunicação, sobre a criação e desenvolvimento de determinado projeto.

Chamada

Pequeno título e ou resumo de uma matéria, publicado geralmente na primeira página de um jornal ou revista. Resumo de uma notícia lida pelo locutor antes ou ao início de um programa informativo.

Cerimonial

Conjunto de regras e formalidades que devem ser seguidas em atos solenes ou festas públicas.

Ciberespaço

Universo virtual formado pelas informações que circulam e/ou estão armazenadas em todos os computadores ligados em rede, especialmente na internet.

Folder

Volante, prospecto ou folheto constituído por uma só folha impressa, com duas, três ou mais dobras.

Follow up

Acompanhamento realizado pelo assessor de imprensa após o envio do release ou *press kit* ("material para imprensa") ao jornalista. Este trabalho visa checar o recebimento das informações, diminuir dúvidas e aumentar as chances de publicação da matéria no jornal ou revista, ou ainda sua veiculação em redes de TV.

Home Page

Página inicial de um *site*.

Layout

Qualquer esboço ou projeto gráfico de uma página de jornal ou revista, de uma capa de livro, de um cartaz ou de qualquer trabalho de arte destinado à reprodução.

Logotipo

Símbolo constituído por palavra ou grupo de letras, apresentadas em desenho característico, destinado a funcionar como elemento de identidade visual de uma organização, de uma instituição, de um produto etc.

Pauta

Tema com potencial interesse jornalístico.

Pop up

Janela secundária que se abre automaticamente quando a página principal de um site é acessada. Em geral, veicula mensagens cujo conteúdo o administrador do site deseja destacar.

Press-kit ("material para imprensa")

Conjunto informativo composto de textos, fotografias e outros materiais, destinado à divulgação de fato jornalístico ou de um evento. Presta-se geralmente a fornecer ao jornalista o maior embasamento possível para a confecção de matérias.

Release ("liberação")

Texto informativo distribuído à imprensa (escrita, falada e televisiva) por uma instituição privada, governamental etc., para ser divulgado gratuitamente entre as notícias publicadas pelo veículo.

Site

Local do ciberespaço formado por uma ou mais páginas da *web*, onde o usuário, ao navegar pela internet, encontra as informações do seu interesse.

Portal

Tipo de site que funciona como uma porta de entrada para uma série de serviços e informações na internet.

Vinheta

Identificação breve da estação, do programa, do patrocinador, do apresentador ou do quadro, na abertura e no encerramento de um programa, no início ou no fim de cada intervalo, entre dois anúncios etc.

Web

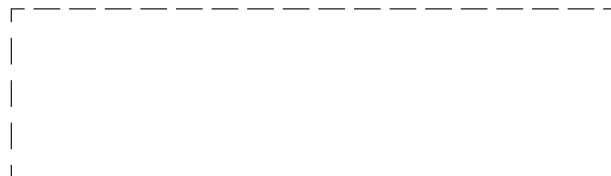
Sistemas de trocas de informações na internet em que os dados criam ligações (*links*) entre si, permitindo acesso entre os diversos centros de informações e remetendo-os uns aos outros. Uso comum do termo *World Wide Web*.

INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

N. 19 – junho/2005

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA
PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO – RUA DO LAGO, 717
CIDADE UNIVERSITÁRIA – CEP 05508-900
TELFAX: 3091-4612 – FONE: 3091-4938



O Comitê Editorial do Informe encontra-se à disposição para o recebimento de material. Artigos devem, preferencialmente, conter 50 linhas de 70 toques e outras matérias (notícias, eventos etc) no máximo 10 linhas. Tel/Fax (0XX11) 3091-4612 e e-mail: informe@usp.br